

A IMPORTÂNCIA DA ADMINISTRAÇÃO DE BEAUREPAIRE ROHAN NO PROJETO URBANO PARA A PARAÍBA

Nayadson dos Santos Gomes

Universidade Federal da Paraíba

Lígia Maria Tavares da Silva

Universidade Federal da Paraíba

RESUMO

A ênfase deste Trabalho de Conclusão de Curso está em analisar a importância da administração do presidente de Província Henrique Pedro Carlos de Beaurepaire Rohan no projeto urbano para a cidade de João Pessoa, capital da Paraíba. Utilizar-se-á para tal, a técnica do corte transversal. Neste artigo, também serão realizados: o estudo da cidade de João Pessoa no contexto do segundo Império até a administração de Beaurepaire Rohan (1840-1859); a comparação entre as administrações urbanas do segundo Império; e a caracterização das obras de Beaurepaire Rohan para a cidade de João Pessoa.

Palavras Chave: administração, Beaurepaire Rohan, projeto urbano, João Pessoa, Paraíba.

THE IMPORTANCE OF BEAUREPAIRE ROHAN FOR THE URBANIZATION OF JOÃO PESSOA IN THE XIX CENTURY

ABSTRACT

The emphasis of this research work is to analyze the importance of the administration of President Carlos Henrique Pedro Beaurepaire Rohan in the Province of Parahyba and its urban design for the city (1840-1859). For this purpose we will be using the cross section technique. This work will also be analysing the study of the city of Parahyba (João Pessoa in present days) during the historical period known as the Second Empire in the context to the administration of Beaurepaire Rohan and the comparison with other urban administrations of the Second Empire. There will be a characterization of the works of Beaurepaire Rohan to the city of Parahyba.

Keywords: administration, Beaurepaire Rohan, urban design, João Pessoa, Parahyba.

INTRODUÇÃO

Este Artigo tem como tema central a Importância da Administração de Beaurepaire Rohan no processo de urbanização da cidade da Parahyba. A importância de se trabalhar tal objeto de estudo se dá pelo fato da pesquisa abordar o pioneirismo de sua administração para o planejamento urbano na Parahyba, nome da cidade de João Pessoa no século XIX.

Será feita a comparação entre as administrações urbanas da Parahyba do início do Segundo Império à de Henrique de Beaurepaire. O período que corresponde ao Segundo Império brasileiro vai de 1840 até 1889, e o período por nós estudado, vai de 1840 até 1859, quando finaliza a administração de Beaurepaire Rohan.

GEOGRAFIA HISTÓRICA

De acordo com Butlin, 1993, apud Silva, 2007: 77 “A geografia histórica é o estudo das geografias do passado, envolvendo a reconstrução imaginada de uma ampla gama de fenômenos e processos centrais para a compreensão geográfica do dinamismo das atividades humanas, tais quais as mudanças de avaliações e os usos de recursos naturais e humanos nas formas de estabelecimentos humanos e ambientes construídos, a partir do avanço das diversas formas de conhecimento geográfico e do exercício de poder e controle sobre povos e territórios”.

Norton (1984: 27) apud Silva (2007: 76-77), classifica os estudos de geografia histórica em três principais linhas: O estudo do passado, o estudo das transformações no tempo e o estudo do passado no presente. Neste artigo, vamos focar no estudo do passado, onde a técnica mais utilizada por geógrafos históricos é a cross-section (corte transversal): a descrição e análise de uma paisagem do passado num período particular, sem referências explícitas aos períodos anteriores ou posteriores. Esses cortes transversais têm o objetivo de orientar a pesquisa documental. A utilização desse método tem orientado a geografia histórica em vários países (Erthal, 2003: 32).

METODOLOGIA

Os procedimentos metodológicos baseiam-se em leituras de livros sobre a cidade de João Pessoa, sobre a administração de Beaurepaire Rohan na Paraíba, sobre a Geografia Histórica e sobre o aspecto urbano da cidade. Foram utilizados artigos, teses, dissertações, discussões e periódicos, do acervo do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano, do acervo da Biblioteca Central da UFPB, de sites e portais. Posteriormente, foram elaborados quadros comparativos, com base no método do corte transversal,

visando compreender o período estudado, com base na bibliografia pesquisada e nos documentos primários relativos ao conjunto de relatórios de presidentes da província.

CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DO SÉCULO XIX

No século XIX, houve acontecimentos importantes para a humanidade. Esse século foi o período em que ocorreram graves crises de grandes Impérios de até então, como os da Espanha, China, França, Sacro Império Romano e do Mogol. Com a derrocada do Império francês nos conflitos armados napoleônicos, o Império da Grã-Bretanha passou a ser o de maior poder econômico do mundo. O século XIX foi um tempo de avanços em diversas áreas científicas, como Matemática, Física, Química, Biologia, Elétrica e Metalurgia, que contribuíram para os avanços tecnológicos do século XX. A Revolução Industrial teve seu início em território inglês.

O Brasil entrou no século XIX com grande aspiração de autonomia, no embalo da Inconfidência Mineira (1789) e da Conjuração Baiana (1798). Entre os fatores mais essenciais ocorridos em território brasileiro naquele século, estão a chegada da Família Real Portuguesa, a formalização da independência do país, a coroação de Dom Pedro I, o 2º Império regido por Dom Pedro II, o fim da escravidão e o início da República. A família de B. Rohan veio ao Brasil na frota da família Real em 1808.

Na Paraíba, a cidade de João Pessoa estava ainda atrasada, pois passou por muitos anos de esquecimento. “Ante tantos percalços enumerados, a Cidade parara no tempo e no espaço. Recebia sopros de vida, algumas vezes, e logo se via às voltas com uma dispneia que parecia crônica e que prostrava o organismo social numa letargia invencível” (CAVALCANTI, 1972, P.29).

A INDEPENDÊNCIA DO BRASIL E OS IMPACTOS NA PARAÍBA

A independência se explica por um conjunto de fatores, tanto internos como externos, mas foram os ventos trazidos de fora que imprimiram aos acontecimentos um rumo imprevisto pela maioria dos atores envolvidos, em uma escalada que passou da defesa da autonomia brasileira à ideia de independência (FAUSTO, 2003, p.129). “João Pessoa não passava de pequeno aglomerado humano à época dos sucessos mais de perto relacionados com a proclamação da independência do Brasil” (CAVALCANTI, 1972, p.9). “A situação econômica da Capital e de toda a Capitania da Paraíba, nos anos antecedentes e mais próximos da libertação nacional, se não era péssima nada tinha de boa” (CAVALCANTI, 1972, p.15). Alcançado a 7 de setembro de 1822, às margens do Riacho Ipiranga, Dom Pedro proferiu o chamado Grito do Ipiranga, formalizando a independência do Brasil (FAUSTO, 2003, p.134).

A CIDADE DA PARAÍBA: IMPRESSÕES NO SÉCULO XIX

Em grande parte do século XIX, a visão que vamos encontrar da cidade da Paraíba, pouco difere da descrição feita pelos primeiros cronistas e viajantes do início da centúria: cidade pequena, antiquada, carente de diversos equipamentos urbanos e que chama a atenção apenas por aspectos exóticos de sua paisagem natural e peculiaridades de umas poucas edificações (AQUINO apud AGUIAR e OCTÁVIO, 1989, p.75).

Apesar de ser capital de uma Província, o que significava obter maiores recursos do governo central, bem como criar o seu próprio sistema de arrecadação para as obras públicas, admitir engenheiros e corpo técnico, a cidade da Parahiba era como uma vila do interior, se comparada às maiores capitais das províncias, a exemplo de Recife (SILVA, 2007, p.78).

BIOGRAFIA DE HENRIQUE DE BEAUREPAIRE ROHAN

Henrique de Beaurepaire Rohan nasceu no dia 12 de maio de 1812, em Niterói, antiga capital da província do Rio de Janeiro, num sítio adquirido pelos seus pais no ano anterior. Era filho do marechal de campo reformado e veterano da Independência Jacques Antonio Mans, Conde de Beaurepaire e Dona Maria Margarida Skeys de Rohan, Condessa do mesmo título, senhora de descendência irlandesa (Gilles, 1998). O Conde e sua família, assim como muitas das principais famílias e cidadãos eminentes franceses tiveram que emigrar para o estrangeiro em busca de nova pátria nos fins do século XVIII, em virtude de uma contra-revolução regalista que estourou em Toulon em 1793. O Conde transferiu-se em 1797 para Portugal onde foi admitido na marinha portuguesa em vista dos estudos e especiais habilitações que possuía, tendo acompanhado a família real em sua transladação para o Brasil em 1807.

Henrique, nascido cinco anos após, era o mais velho de quatro filhos, e sua família mantinha estreitas relações com a família real, tendo inclusive sua irmã sido dama da Imperatriz Thereza Cristina Maria, acompanhando-a desde Nápoles na esquadra comandada por seu tio Theodoro de Beaurepaire. Beaurepaire recebeu dos genitores a instrução primária. Seu pai, juntamente com a leitura ensinou-lhe aritmética, geometria e geografia; a mãe, além da escrita transmitiu-lhe ensinamentos de gramática elementar e desenho (Gilles, 1998).

A circulação geográfica era parte essencial da carreira de magistrados e militares, como Beaurepaire. Como a magistratura se ligava estreitamente à elite, o fato tinha clara conotação política. Essa conotação era ainda mais nítida na circulação geográfica dos presidentes de província. Vários políticos nacionais foram nomeados presidentes de províncias com o objetivo explícito de lhes permitir ganhar experiência (Gilles, 1998).

B.Rohan foi Cadete, empregado ao serviço público, Primeiro Tenente, integrante do corpo de engenheiros, diretor de obras públicas, Major, 2º vice-presidente da província do Paraná, presidente da província do Pará, presidente da província da Paraíba, diretor das obras militares da Corte, trabalhador na Ilha de Fernando de

Noronha, Comendador da Ordem da Rosa, Brigadeiro, General, ministro da Guerra, prestador de serviços ao governo, Comandante das armas e Chefe do Corpo do Estado Maior em Pernambuco, presidente substituto da comissão de promoções do Exército, Conselheiro de Estado, Visconde, redator de jornal, um dos organizadores da Sociedade Brasileira contra a escravidão e Ministro do Supremo Tribunal Militar na República (Góes, 1938).



Foto 1: Henrique de Beaupaire Rohan, uma figura do Segundo Império – Góes (1938).

AS ADMINISTRAÇÕES URBANAS NA PARAHYBA: Uma comparação entre 1840 e 1859

Com base nos relatórios presidenciais da Província da Parahyba, durante o período estudado e na informações de Pinto (1977), elaboramos um quadro comparativo das ações relativas às obras públicas dos Presidentes, visando comparar as ações, quantificar o número de obras realizadas por cada um, para evidenciar a importância da administração de Beaupaire Rohan para a cidade da Parahyba.

Quadro 1: Obras e ações urbanas entre 1840-1859

Ano	Nome do presidente	Ações urbanas em João Pessoa
1840	Francisco Xavier Monteiro da Franca	Não há registros de obras em João Pessoa.
1841	Pedro Rodrigues Fernandes Chaves	Não há registro de obras em João Pessoa.
1842	Pedro Rodrigues Fernandes Chaves	Foram consertadas as Fontes de água da capital paraibana; endireitou-se e alargou-se a rua que segue por detrás da Matriz para o Varadouro, e cobriu-se de pedra e cal parte do cano que atravessa a rua das Mercês; mandou-se pôr em arrematação o levantamento do aterro do Sanhauá; acudiu-se a ponte do Gramame; reformou-se o Lyceu.
1843	Ricardo José Gomes Jardim	Continuou-se a obra da nova casa para Administração de Rendas; ordem para principiar construção de duas novas salas no Lyceu; ordem para o conserto da ponte do

1844	Agostinho da Silva Neves	<p>Sanhauá; mandou-se fazer o orçamento necessário para o conserto da ponte do rio Mandacaru; melhoramento de uma parte da estrada entre Cabedelo e a ponte do rio Mandacaru; reparação e calçamento de algumas ladeiras, e becos da cidade mais frequentados; é lançada a primeira pedra da igreja S. Frei Pedro Gonçalves, no Varadouro, capital.</p> <p>Mandou-se fazer os orçamentos dos consertos da Fonte do Gravatá, e da calçada do porto da Gameleira; votou-se na lei do orçamento vigente uma quantia para o conserto da ponte do Mandacaru e melhoramento da estrada de Cabedelo; deram-se ordens para conserto da ponte do Sanhauá; foram organizadas as instruções para a extração da loteria que foi concedida para a obra da igreja das Mercês de João Pessoa.</p>
1845	Frederico Carneiro de Campos	Deu-se impulso à obra da Casa das Rendas; melhoramento da ponte e aterro do Sanhauá; obras na ponte do Mandacaru e na estrada de Cabedelo; Planta e nivelamento da cidade da Parahyba, atual João Pessoa.
1846	Frederico Carneiro de Campos	Adiantamento na consolidação do terreno para a obra da Casa das Rendas Provinciais.
1847	Frederico Carneiro de Campos	Mandou-se pôr em arrematação reparos nas duas rampas que haviam na capital; mandou-se consertar as duas Fontes d'água de João Pessoa; a ponte do rio Mandacaru foi reparada; continuou-se o aterro do Sanhauá; foram feitos reparos na cadeia da capital; fizeram-se pequenos reparos na cadeia de João Pessoa.
1848	João Antonio de Vasconcellos	Solicitou-se do governo imperial o crédito para alguns reparos no Quartel da capital; esteve em construção uma ponte sobre o rio Gramame; também esteve em construção a ponte do rio Mandacaru, além do aterro do Sanhauá; continuou-se a obra do cais no Varadouro; foi criada e instalada a Capitania do Porto; conclusão do reparo da rua das Convertidas.
1849	João Antonio de Vasconcellos	Foram principiados os consertos da casa do Lyceu; esteve em andamento a obra de um

1850	José Vicente de Amorim Bezerra	<p>chafariz na fonte dos Milagres; finalização do orçamento do cais do Varadouro; ordem para o orçamento e arremate da obra do reparo da ponte do Sanhauá; examinaram-se as paredes principiadas da casa de arrecadação; ordem para se aprontarem outros cômodos da enfermaria, e os reparos precisos da Santa Casa da Misericórdia.</p> <p>Conclusão dos reparos da ponte do Sanhauá; nova obra da mudança do despejo do Quartel de primeira Linha; Conserto do Hospital da Santa Casa da Misericórdia; Obras do Cais do Varadouro; conclusão do reparo da Matriz católica da capital; aumentos feitos no edifício do Quartel com relação à sua 1ª planta; continuação de edifícios de uma casa de arrecadação, de um hospital, e cavallerice; mandou-se fazer alguns reparos essenciais e indispensáveis no palácio da presidência; mandou-se consertar algumas ruas da capital sem dispêndio dos cofres públicos; mandou-se abrir uma rua que parte do oitão de Oeste do Palácio do Governo até a ponte do Sanhauá; fez-se abrir outra rua do ângulo correspondente ao mesmo oitão oposto à frente do palácio, em direção à rua do Fogo; mandou-se fazer os reparos necessários à cadeia da capital; mandou-se preparar mais sete lampiões para a iluminação de João Pessoa, e também ordenou-se formar novas bases de arrematação do fornecimento do azeite para a iluminação; mandou-se fazer a planta e o orçamento de um cemitério na capital; o presidente Amorim Bezerra solicita ao Governo Imperial a construção de um farol que orienta os navegantes.</p>
1851	Antonio Coelho de Sá e Albuquerque	<p>Prosseguimento em obra de conserto do Palácio da presidência; mandou-se orçar o conserto da ponte de Mandacaru; conserto e reparos da casa que servia para as sessões da Assembléia Provincial; construção de uma cochia pública no Quartel e o arrendamento do terreno desse último; mandou-se fazer a planta de um cemitério público na capital; obra da calçada do Varadouro; obra do Quartel de polícia da capital; mandou-se fabricar 100 lampiões em Recife para a iluminação de João</p>

1852	Antonio Coelho de Sá e Albuquerque	Pessoa. Conclusão de reparo da casa da Alfândega e da calçada do cais do Varadouro; reparo do Palácio do Governo; uma Estacada no cais do Varadouro; um Edifício que serviria para depósito de artigos bélicos; reparos na ponte e ladeira do Sanhauá.
1853	Antonio Coelho de Sá e Albuquerque	Obra da Cadeia Pública de João Pessoa; mandou-se adquirir para a Fazenda Provincial o terreno necessário para o edifício; mandou-se orçar reparo da ponte do Sanhauá; mandou-se fazer os repartimentos necessários da cadeia pública da capital.
1854	João Capistrano Bandeira de Mello	A igreja de S. Pedro Gonçalves no Varadouro e a Matriz católica da capital foram contempladas por uma lei que autorizou dispêndios com obras e reparos em seus edifícios; continuação de obra do edifício da Cadeia Pública de João Pessoa; calçamento da rua do Sanhauá; construção da Casa do Mercado Público da capital; continuação da construção do Hospital Militar da capital.
1855	Flavio Clementino da Silva Freire	Melhoramento do cais do Varadouro; andamento da obra do Hospital Militar; entrega do novo Matadouro à Câmara Municipal de João Pessoa; adiantamento da obra do Cemitério Público de João Pessoa; continuação de obra da Cadeia nova da capital; mandou-se fazer as divisões e acomodações precisas da Escola de Primeiras Letras do bairro alto de João Pessoa; mandou-se proceder alguns consertos e acréscimos no Quartel de Polícia da capital; preparação do andar superior da Cadeia Pública de João Pessoa; finalização dos consertos das estradas que conduzem à fonte do Tambiá.
1856	Antonio da Costa Pinto Silva	Pediu-se quota para continuação de obra do cais do Varadouro; continuação de obra do Hospital Regimental; determinou-se que se orçassem os consertos do Hospital da Santa Casa de Misericórdia; entrega à Santa Casa do Cemitério da capital.
1857	Manoel Clementino Carneiro da	Mandou-se orçar os reparos do aterro e ponte

1858	<p>Cunha</p> <p>Henrique de Beaurepaire Rohan</p>	<p>do Sanhauá; completou-se a obra do cais do Vardouro; conclusão do Hospital Regimental; continuação de obra da Cadeia da capital.</p> <p>Foram feitas as plantas da cidade da Parahyba (atual João Pessoa), da cadeia nova e dos terrenos circunvizinhos, do cemitério público, de um muro de recinto para a cadeia nova, da margem direita do rio Sanhauá (desde a ponte do mesmo nome até a Gameleira); foram feitos frontispícios da casa da Pólvora, da capela do cemitério da capital, das casas situadas entre o bêco de Serinhaem e o largo do Varadouro; planta e nivelamento da ladeira do Rosário e dos terrenos circunvizinhos; esboço de diferentes projetos sobre a fortificação dos alicerces do edifício da nova cadeia da capital; projeto de novo cais da cidade da Parahyba (atual João Pessoa); nivelamento de parte da rua do Varadouro; nivelamento da rua da Baixa e da ladeira do Rosário; reparações indispensáveis no Palácio da presidência; determinaram-se as reparações que fossem convenientes ao Quartel de Primeira Linha; no Quartel do corpo policial, construiu-se uma coxia de cavalaria, poço e foram feitas outras reparações; Fizeram-se algumas divisões no andar superior do Hospital Militar; Colocaram-se vinte lages para facilitar a rodagem na Alfândega; mandou-se pôr em arrematação construção do cais do Varadouro; novos alinhamentos e nivelamento geral da cidade; abertutura de mais uma rua no prolongamento da rua Nova; aquisição de um prédio em frente à igreja do Rosário; deu-se princípio à abertura de uma nova rua no alinhamento do Quartel e Hospital Militar; foi traçado o plano de uma rua que se estende até além da cadeia.</p>
------	---	--

Henrique de Beaurepaire Rohan, diferente de outros administradores, não consentiu que se iniciassem obras sem um estudo prévio, sem um plano completo e sem orçamento para poder fazer intervenções na Parahyba. O seu intuito era gastar com proveito. Ele também diferenciou-se por ser o primeiro a se preocupar com os alinhamentos e nivelamentos de ruas da cidade da Parahyba.

Enquanto outros presidentes da província da Parahyba importavam-se, em suma, com obras de reparo e não com projeto nem planejamento urbano, o ex-

administrador Henrique de Beaurepaire Rohan ocupou-se principalmente em contribuir com o projeto urbano para a capital do estado da Parahyba, trazendo os engenheiros Carlos Bless e David Poleman para o território paraibano. Eles, juntamente com Beaurepaire Rohan, fizeram plantas de alguns pontos da cidade de João Pessoa. Entre essas plantas está uma da cidade, que até hoje é estudada e utilizada por profissionais de áreas científicas, como a Geografia, a arquitetura e urbanismo e a história por exemplo.

Essa característica planejadora de Henrique de Beaurepaire Rohan foi um grande diferencial de sua Administração no estado paraibano tendo sido bastante contributiva para o referido estado e sua capital, tendo em vista que Beaurepaire Rohan foi um cidadão de muita capacidade intelectual e profissional, pois já naquele tempo (século XIX) demonstrou ter noções não somente de projeto urbano, mas também de planejamento urbano.

Apesar de ter presidido a província da Parahyba por um período de tempo não tão longo, seu governo deixou uma inegável contribuição quando comparado a outros governos do Segundo Império na Parahyba, conforme demonstrado no quadro 1..

A PASSAGEM DE BEAUREPAIRE ROHAN NA PARAHYBA

As constantes mudanças de governo constituíram sempre, no Império, grandes males à administração pública. Não havia um plano certo na execução dos serviços. A politicagem dominava em todos os setores. Era a luta entre os partidos Conservador e Liberal. Foi nessa situação que chegou à Parahyba, nomeado presidente da província, o Tenente-Coronel Henrique de Beaurepaire Rohan. A sua posse teve lugar no dia 9 de Dezembro de 1857. Sem ser político militante, era, entretanto, B.Rohan filiado ao partido Liberal. Perante figuras representativas de ambas as facções tradicionais da política imperial na província, falou:

Em seu discurso na Assembléia Provincial, na sessão ordinária de 1858, ele disse: “Trago para esta terra uma missão que não é propriamente política. Sinto que estou em condições de fazer algum benefício à Paraíba e preciso da ajuda de todos os paraibanos”. Discursando perante todos, expôs as medidas já executadas e as que intencionava pôr em prática. Mostrou aos legisladores como havia encontrado a província e como estava durante o seu governo. Uma das principais preocupações do presidente Henrique de Beaurepaire foi cuidar da parte econômica da Província, cuja principal riqueza consistia na lavoura e na pecuária, cujo atraso técnico, ele não atribuía nem ao solo nem ao clima. Era notável o entusiasmo de B. Rohan para que os agricultores da Paraíba assimilassem uma nova orientação agrária. Ele visitou todas as propriedades rurais entre Santa Rita e Itabaiana. Montava no seu cavalo e saía de engenho a engenho estimulando o homem do campo e ensinando-lhe, a seu modo, como

adubar a terra, como escolher a melhor semente, etc. No trabalho de educação, empenhou-se o chefe do governo com todo o devotamento (GÓES, 1938).

No seu relatório apresentado à Assembléia em 1858, escreve: “Em nosso país quase que não consiste a instrução pública, senão o ensino literário.” Segundo ele, mal encaminhado o ensino, desvia-se da indústria grande parte da mocidade, contrariam-se as vocações, arruinam-se as fortunas, e cria-se a classe dos aspirantes a empregos públicos. B. Rohan escreveu em um relatório seu, sobre o pensamento do governo em relação à agricultura, que “Um grande problema tem o Brasil de resolver na esfera de sua indústria: a substituição do trabalho escravo pelo trabalho livre, sem quebra da grande produção.” Ele era a favor de que a escola da agricultura algum serviço prestasse (GÓES, 1938).

Atraindo à província os engenheiros Carlos Bless e David Poleman, entregou à competência e operosidade desses dois técnicos a direção dos serviços de obras públicas. Trataram estes, preliminarmente, da execução de um traçado de estrada ligando a capital ao vale do Piranhas nos limites com o Ceará. As construções da capital nunca haviam sido sujeitas a nenhum plano. Edificava-se à vontade, e daí o labirinto em que se ia transformando a capital. O presidente B. Rohan determinou imediatamente medidas tendentes a corrigir essa irregularidade. E iniciou a abertura e prolongamento de algumas ruas e o alinhamento e nivelamento de outras. Ele autorizou a denominação de vias públicas. Em um tempo em que a maioria dos pais preferia que as filhas se mantivessem analfabetas, virgens da influência das letras, Henrique de Beaurepaire cogitou da educação do sexo feminino. Ele foi responsável pela fundação do Colégio de N. S. das Neves. O presidente foi além da fundação de escolas na capital e no interior: cogitou da criação de uma biblioteca pública (GÓES, 1938).

A sua visão de estadista foi além do meio de então. O grande problema das obras contra os efeitos das secas era uma das suas mais vivas preocupações. E daí bater-se obstinadamente pela solução prática que veio mais tarde a ser adotada: a construção de barragens. Exonerando-se por sua vontade do governo da província, voltou B. Rohan ao Rio de Janeiro, onde chegou a 24 de Junho de 1859 (GÓES, 1938).



Foto 2: Henrique de Beaurepaire Rohan. Disponível em:
<www.paraibacriativa.com.br/wp-content/uploads/2015/08/Foto-02.jpg>. Acesso em
22 set. 2016.

Quadro 2: Corte Transversal Quantitativo das ações administrativas (1840-1859)

Corte Transversal comparando ações urbanas de administradores da Parahyba em João Pessoa (1840-1859)

Elementos da paisagem urbana/Presidente	Francisco X. M. da Franca (1840)	Pedro R. F. Chaves (1841-1842)	Ricardo J. G. Jardim (1843)	Agostinho da S. Neves (1844)	Fredenico C. De Campos (1845-1847)	João A. de Vasconcellos (1848-1849)	José V. de A. Bezerra (1850)	Antônio C. de Sá e Albuquerque (1851-1853)	João C. B. de Mello (1854)	Flavio C. da S. Freire (1855)	Antonio da C. P. Silva (1856)	Manoel C. C. da Cunha (1857)	Henrique de B. Rohan (1857-1859)
Reformas	0	4	6	5	7	5	5	7	2	3	1	2	3
Edificações	0	0	4	1	1	5	7	6	4	6	3	3	4
Infraestrutura	0	1	0	0	2	1	1	2	0	0	0	0	20
Projeto Urbano/Presidente	Francisco X. M. da Franca (1840)	Pedro R. F. Chaves (1841-1842)	Ricardo J. G. Jardim (1843)	Agostinho da S. Neves (1844)	Fredenico C. De Campos (1845-1847)	João A. de Vasconcellos (1848-1849)	José V. de A. Bezerra (1850)	Antônio C. de Sá e Albuquerque (1851-1853)	João C. B. de Mello (1854)	Flavio C. da S. Freire (1855)	Antonio da C. P. Silva (1856)	Manoel C. C. da Cunha (1857)	Henrique de B. Rohan (1857-1859)
Alinhamentos	0	0	0	0	1	0	2	0	0	0	0	0	8
Mapas	0	0	0	0	1	0	1	1	0	0	0	0	6
Legislação	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0

Ao fazer a técnica do cross section (Corte Transversal), observamos que a administração de Beaurepaire Rohan na Paraíba se distingue das demais, no período analisado, da seguinte maneira: Francisco Xavier Monteiro da Franca não possui ações urbanas na capital paraibana registradas. Pedro Rodrigues Fernandes Chaves priorizou consertos e reparos, assim como Ricardo José Gomes Jardim e Agostinho da Silva Neves. Frederico Carneiro de Campos enfatizou reparos e consertos, apesar de ter feito planta e nivelamento na cidade. João Antonio de Vasconcellos priorizou obras. José Vicente de Amorim Bezerra fez obras, abriu ruas e fez ações para a melhoria da iluminação da referida capital. Antonio Coelho de Sá e Albuquerque enfatizou consertos, reparos e obras, assim como João Capistrano Bandeira de Mello, Flavio Clementino da Silva Freire, Antonio da Costa Pinto Silva e Manoel Clementino Carneiro da Cunha. Henrique de Beaurepaire Rohan foi um administrador que preocupou-se realmente com o Projeto Urbano da cidade de João Pessoa, fazendo a primeira planta da cidade, com referências locais, servindo de suporte para o alinhamento e nivelamento das ruas dessa capital, inclusive na área denominada naquele tempo de Portinho (então área mais pobre de João Pessoa, com casas de palha). Ele também realizou reformas, consertos e reparos na referida cidade, privilegiando assim, as áreas mais carentes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se desse artigo de Conclusão de Curso que a importância da Administração de Henrique Pedro Carlos de Beaurepaire Rohan no Projeto Urbano para a cidade de João Pessoa é visível e inegável.

Pôde-se ver, em números e ações urbanas na capital paraibana, que ele destacou-se entre os administradores da província da Parahyba do período do segundo império brasileiro, de 1840 a 1859. Nessa província, ao iniciar sua administração, começou fazendo plantas de pontos da cidade de João Pessoa (então Parahyba), mostrando que queria dar sua contribuição ao Projeto Urbano da cidade, além das demais benfeitorias que realizou no decorrer de sua administração.

Ele foi um homem de alta capacidade intelectual e profissional, tendo em vista que o Segundo Império fazia questão de que ele participasse da administração de algumas províncias, tendo-se destacado, dentre outros fatores, por seus trabalhos na cidade do Rio de Janeiro, vindo inclusive a trabalhar nos primeiros anos da República Federativa do Brasil. Já no século XIX, demonstrava que era um homem à frente do seu tempo, com sua capacidade planejadora. Henrique de Beaurepaire Rohan foi um cidadão que trabalhou muito para o Brasil, assumindo cargos e presidências de províncias. Destacou-se pelas províncias por onde passou e foi sem dúvida uma figura de notável importância em João Pessoa e no estado da Paraíba, apesar de tê-la administrado por menos de dois anos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUIAR, Wellington Hermes Vasconcelos de. **Cidade de João Pessoa – A Memória do Tempo**. João Pessoa: Gráfica E Ed. Persona, 2002.

AGUIAR, W. E Octávio, José (Orgs). **Uma cidade de Quatro Séculos – Evolução e Roteiro**. João Pessoa: A União Ed., 1989.

ALMEIDA, A.M. **Presença de D.Pedro II na Paraíba**. João Pessoa: A União Ed., 1982.

CAVALCANTI, Arquimedes. **A cidade da Parahyba na Época da Independência**. João Pessoa: Edição comemorativa do Sesquicentenário da Independência do Brasil, 1972.

ERTHAL, Rui. **Geografia Histórica – considerações**. Universidade Federal Fluminense, 2003.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil / Boris Fausto**. – 11. ed. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.

Gillies, Ana Maria Rufino. **Henrique de Beaurepaire Rohan: Razão e Sensibilidade no século XIX**. Universidade Estadual do Centro Oeste. Monografia Graduação. 1998.

GÓES, Raul de. **Beaurepaire Rohan (Uma figura do Segundo Império)**. João Pessoa: A União Editora – Paraíba, 1938.

Pinto, Irineu. **Datas e Notas para a Paraíba**. Volume 2. Editora UFPB, 1977

SANTOS, Jerlyane Dayse Monteiro dos. **Elite Política e Vida Cotidiana: A Paraíba no Período Regencial (1831-1840)**. Trabalho Final do Projeto de Iniciação Científica “A Província da Paraíba no Período Regencial (1831-1840)”, vinculado ao PIVIC/CNPq/UFPB, como também é resultante das discussões realizadas no Grupo de Pesquisa “Sociedade Cultura no Nordeste Oitocentista”.

SANTOS, Milton. **A natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção / Milton Santos**. – 4ed. 4. Reimpr – São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 2008.

SILVA, Lígia Maria Tavares da. **Paraíba, Leituras da cidade e do urbano nos primórdios do Brasil Imperial**. João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, 2008.

SILVA, Lígia Maria Tavares da. **Parahiba, uma cidade esquecida no Império do Brasil (1822-1859)**. Niterói: Tese apresentada ao programa de Pós-Graduação em

Geografia do Departamento de Geografia da Universidade Federal Fluminense – Orientador: Professor Dr. Ruy Moreira, 2007.

SILVA, Lígia Maria Tavares da. IN: BEZERRA, Amélia Cristina Alves et al(orgs) Itinerários Geográficos. **Trajetórias pela Geografia Histórica**. Niterói: Eduff, 2007.

SILVA, Marcelo Werner da. **A Geografia e o Estudo do Passado**. Revista da Rede Brasileira de História da Geografia e Geografia Histórica, 2012.

A Família Real no Brasil. Disponível em: <www.historia-brasil.com/reino/familia-real.htm>. Acesso em: 5 set. 2016.

Geografia Histórica. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Geografia_Histórica> Acesso em: 5 ago. 2016.

Império do Brasil. Disponível em: <www.historia-brasil.com/imperio/imperio.htm>. Acesso em: 5 set. 2016.

Império do Brasil – Dom Pedro II. Disponível em: <www.historia-brasil.com/imperio/dom-pedro-2.htm>. Acesso em: 5 set. 2016.

O Brasil no século XIX. Disponível em: <www.historia-brasil.com/seculo-19.htm>. Acesso em: 5 set. 2016.

Reino do Brasil. Disponível em: <www.historia-brasil.com/reino/reino.htm>. Acesso em: 5 set. 2016.

Século XIX. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Século_XIX>. Acesso em: 21 ago. 2016.

<<http://www.crl.edu>>

<<http://www.crl.edu/brazil/provincial/para%c3%ADba>>

<<http://www.ligiatavares.com>>

<<http://terrabrasilis.revues.org/246>>

<<http://www.ufpb.br/geographia/ojs/index.php/geographia/article/viewFile/114/111>>